



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**

**Estado de São Paulo**

*Recebido  
Em 24/11/2017  
Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo*

Praia Grande, 23 de novembro de 2017.

**MENSAGEM Nº 57/2017**

**Senhor Presidente,**

Encaminho a essa Colenda Câmara o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, o projeto de Lei objetiva como ato normativo atender a recomendação administrativa do Ministério Público do Estado de São Paulo, contida nos autos do Inquérito Civil nº 14.0395.0001803/2017.

O Projeto de Lei visa ainda, atender a Lei Federal nº 8.142/90 e a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, revogando-se a Lei Municipal nº 720, de 27 de maio de 1991.

Considerando a importância da matéria, solicito urgência na análise e aprovação do presente projeto.

Aproveito a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevado apreço a Vossa Excelência.

**Atenciosamente,**

**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
EDNALDO DOS SANTOS PASSOS  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE  
PRAIA GRANDE-SP**



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

### **PROJETO DE LEI DE XX DE XXXX D 2017**

074 /17

**"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, revogando a Lei nº 720, de 27 de maio de 1991, e adota providências correlatas."**

O Prefeito do Município da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua ..... Sessão Legislativa da ..... Legislatura, realizada em ....., aprovou e ele promulga a seguinte Lei :

### **CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO**

Art. 1º. Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8142/90, fica instituído o Conselho Municipal de Saúde de Praia Grande, denominado por COMUSA-PG, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

### **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS**

Art. 2º. O Conselho Municipal de Saúde terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município da Estância Balneária de Praia Grande e a Constituição Federal, a saber:

I - Atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;

II - Deliberar sobre os modelos de atenção a saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde;

III - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas, das organizações dos serviços em cada instância administrativa e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde.

IV - definir e controlar as prioridades para a elaboração de contratos entre o setor público e entidades privadas de prestação de serviços de saúde;

42.ª Sessão Data 12/12/2017  
Encaminhamento APROVADO EM  
PRIMEIRA DISCUSSÃO  
\_\_\_\_\_  
Presidente

13.ª Sessão Data 12/12/17  
Encaminhamento Aprovado  
em 2ª discussão  
\_\_\_\_\_  
Presidente



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

*Estado de São Paulo*

V - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde;

VI - Aprovar a proposta setorial da saúde, no Orçamento Municipal;

VII - Criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

VIII - Deliberar sobre propostas de normas básicas municipais para operacionalização do Sistema Único de Saúde;

IX - Estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a saúde;

X - Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII, da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº 29/2000;

XI - Aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde, reunidas ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, e convocá-las, extraordinariamente, na forma prevista pelos parágrafos 1º e 5º do Art. 1º da Lei Federal 8142/90;

XII - Aprovar os critérios e o repasse de recursos do Fundo Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Saúde e a outras instituições e respectivo cronograma e acompanhar sua execução;

XIII - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XIV - Articular-se com outros conselhos setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e Controle Social;

XV - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do município;

XVI - Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVII - Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XVIII - Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

### **CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 3º. O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte constituição:

a) segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

*Estado de São Paulo*

- b) prestadores de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- c) trabalhadores da Saúde e,
- d) representantes do governo municipal.

**Parágrafo Único:** A representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

**Art. 4º.** O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita na forma do art. 6º desta Lei.

### **CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º.** O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

**I** - de forma paritária e tripartite, escolhidos por voto direto dos delegados de cada segmento na Conferência Municipal de Saúde, as representações no conselho serão assim distribuídas:

- a) 10 (dez) representantes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde;
- b) 05 (cinco) representantes dos trabalhadores de Saúde Municipal;
- c) 05 (cinco) representantes de Gestores/Prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde Municipal;

**II** - a representação paritária de que trata este artigo, será realizada de forma direta junto aos delegados representantes dos segmentos, que participarão da Conferência Municipal de Saúde;

**III** - cada segmento representado do conselho terá um suplente, eleito na Conferência Municipal de Saúde;

**VI** - um mesmo segmento poderá ocupar no máximo duas vagas no Conselho Municipal de Saúde;

**IV** - a presidência do Conselho Municipal de Saúde será atribuída ao **conselheiro eleito** pela plenária do Conselho quando da primeira reunião do biênio correspondente.

**Art. 6º.** A Mesa Diretora, referida no artigo 4º desta Lei será eleita diretamente pela Plenária do Conselho e será composta de:

- I** - Presidente;
- II** - Vice-Presidente;
- III** - 1º Secretário e,
- IV** - 2º Secretário

**Art. 7º.** O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

**I** - serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos mediante solicitação ao Prefeito Municipal através da Mesa Diretora do Conselho;

**II** - terão seu mandato extinto, caso falem, sem prévia justificação, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, num período de 01 (um) ano;

**III** - terão mandato de 2 (dois) anos, cabendo prorrogação ou recondução por igual período;

**IV** - cada entidade participante terá um suplente, conforme disposto no item III do Art. 5º desta Lei.



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

*Estado de São Paulo*

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de alta relevância pública.

Art. 8º. Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – consideram-se colaboradores do Conselho Municipal, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;

II – poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

III – poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

### **CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO E CONVOCAÇÃO**

Art. 9º. O Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:

I - o órgão de deliberação máxima será o Pleno do Conselho;

II - o Pleno do Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente;

III - o Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias urgentes ou especiais, quando assim o exigir;

IV - cada membro do Conselho terá direito a um único voto no Pleno do Conselho;

V - as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes;

VI - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação.

VII - a Mesa Diretora do Conselho poderá deliberar "ad referendum" da Plenária do Conselho.

Art. 10. O Conselho Municipal de Saúde encaminhará resolução ao Poder Executivo para a convocação deste, a cada 04 (quatro) anos, da Conferência Municipal de Saúde, conforme estabelece o parágrafo 1º do Art. 1º da Lei Federal 8142/90, para avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e efetuar a eleição dos representantes do conselho.

### **CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES BÁSICAS DA ATUAÇÃO**

Art. 11. O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias:

I - a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação.

II – integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade infantil e aumentando a expectativa de vida.



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

*Estado de São Paulo*

Art. 12. O Conselho Municipal de Saúde promoverá como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

Art. 13. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 14. Esta lei revoga a Lei Municipal nº 720, de 27 de maio de 1991, e demais disposições em contrário mantida a atual composição do Conselho até o final do seu biênio correspondente.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo regulamentada pelo Poder Executivo no que for necessário.

Palácio São Francisco de Assis, Município da Estância Balneária de Praia Grande, aos xxx de xxxx de 2017, ano quinquagésimo primeiro da Emancipação.

**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**

Maura Ligia Costa Russo  
Secretária Municipal de Governo

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, aos xxxx de xxxxxx de 2017.

Marcelo Yoshinori Kameiya  
Secretário Municipal de Administração

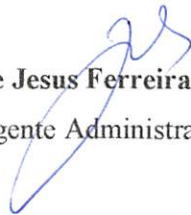
**FOLHA DE INFORMAÇÃO**

**PROCESSO Nº 212/17**

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 06 fls. referentes ao  
Projeto de Lei nº 074/17 e uma folha de informação.

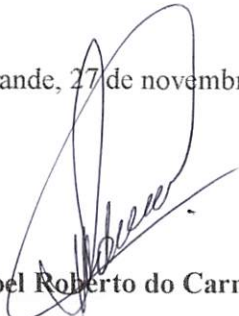
Praia Grande, 27 de novembro de 2017.



**José de Jesus Ferreira Gonçalves**  
Agente Administrativo

A Assessoria jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 27 de novembro de 2017.



**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**DIRETORIA LEGISLATIVA;**  
**SENHOR DIRETOR:**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Executivo Municipal, assim ementado: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, revogando a Lei n.º 720, de 27 de maio de 1991, e adota providências correlatas.

Trata-se de matéria da exclusiva competência do Executivo, por se tratar de estruturação de órgãos da Administração Direta, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade que impeçam a sua apreciação pelo Poder Legislativo.

Com efeito, diz a Lei Orgânica do Município:

ARTIGO 69 - Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

h) - criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração pública municipal, direta ou indireta.

Conforme a mensagem que capeia o projeto, a propositura atende à recomendação administrativa do Ministério Público do Estado de São Paulo, contida nos autos do Inquérito Civil nº 14.0395.0001803/2017.

O COMUSA é instituído em conformidade com a Constituição Federal, e Leis Federais n.º 8.080/90 e 8.142/90, sendo órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.

O Projeto de Lei visa ainda, atender a Lei Federal nº 8.142/90 e a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, revogando-se a Lei Municipal nº 720, de 27 de maio de 1991.

Por inexistir qualquer impedimento legal ou constitucional, esta Procuradoria Jurídica é de parecer favorável à submissão do mesmo à deliberação colegiada, a quem caberá discutir o mérito da propositura.

Praia Grande, 23/11/2017

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Procurador





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**SENHOR PRESIDENTE:**

Para a elevada deliberação da Douta Comissão de Justiça e Redação  
e de Saúde e Assistência Social.

Praia Grande, 27/11/2017.

**MANOEL ROBERTO DO CARMO**  
**Diretor Legislativo**



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**PROCESSO Nº 212/17**  
**PROJETO DE LEI Nº 74/17**  
**AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**Relator: Vereador EDUARDO RODRIGUES XAVIER**  
**PARECER**

**Senhor Presidente:**

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia 28 de NOVEMBRO de dois mil e dezessete, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata-se de projeto de lei de autoria do Executivo Municipal, assim ementado: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, revogando a Lei n.º 720, de 27 de maio de 1991, e adota providências correlatas.

Trata-se de matéria da exclusiva competência do Executivo, por se tratar de estruturação de órgãos da Administração Direta, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade que impeçam a sua apreciação pelo Poder Legislativo.

Com efeito, diz a Lei Orgânica do Município:

ARTIGO 69 - Compete privativamente ao  
Prefeito:

(...)

h) - criação, estrutura e atribuições de órgãos da  
administração pública municipal, direta ou  
indireta.

Conforme a mensagem que capeia o projeto, a propositura atende à recomendação administrativa do Ministério Público do Estado de São Paulo, contida nos autos do Inquérito Civil nº 14.0395.0001803/2017.

O COMUSA é instituído em conformidade com a Constituição Federal, e Leis Federais n.º 8.080/90 e 8.142/90, sendo órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

O Projeto de Lei visa ainda, atender a Lei Federal nº 8.142/90 e a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, revogando-se a Lei Municipal nº 720, de 27 de maio de 1991.

Por inexistir qualquer impedimento legal ou constitucional, esta Comissão analisante é de parecer favorável à submissão do mesmo à deliberação colegiada, a quem caberá discutir o mérito da propositura.

**QUORUM: MAIORIA SIMPLES**

  
MARCELINO SANTOS GOMES

  
EDUARDO RODRIGUES XAVIER

  
SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: OS - PROC. 212/17 - PL 74/17 - 92. SO.

COMISSA

|    | NOME              | HORÁRIO<br>INÍCIO | HORÁRIO<br>FIM |
|----|-------------------|-------------------|----------------|
| 1  | MARCO ANTONIO     | 13:35             | 13:40          |
| 2  | LEANDRO RODRIGUES | 13:41             | 13:45          |
| 3  | JANINA BALANIS    | 13:45             | 13:46          |
| 4  |                   |                   |                |
| 5  |                   |                   |                |
| 6  |                   |                   |                |
| 7  |                   |                   |                |
| 8  |                   |                   |                |
| 9  |                   |                   |                |
| 10 |                   |                   |                |
| 11 |                   |                   |                |
| 12 |                   |                   |                |
| 13 |                   |                   |                |
| 14 |                   |                   |                |
| 15 |                   |                   |                |
| 16 |                   |                   |                |
| 17 |                   |                   |                |

Praia Grande, 12/12/2017.

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS

Presidente





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 53/2017**

**"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, revogando a Lei nº 720, de 27 de maio de 1991, e adota providências correlatas."**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:

**CAPÍTULO I**  
**DA INSTITUIÇÃO**

Art. 1º. Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8142/90, fica instituído o Conselho Municipal de Saúde de Praia Grande, denominado por COMUSA-PG, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

**CAPÍTULO II**  
**DOS OBJETIVOS**

Art. 2º. O Conselho Municipal de Saúde terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município da Estância Balneária de Praia Grande e a Constituição Federal, a saber:

I - Atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;

II - Deliberar sobre os modelos de atenção a saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde;

III - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas, das organizações dos serviços em cada instância administrativa e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde.

IV - definir e controlar as prioridades para a elaboração de contratos entre o setor público e entidades privadas de prestação de serviços de saúde;



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

V - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde;

VI - Aprovar a proposta setorial da saúde, no Orçamento Municipal;

VII - Criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

VIII - Deliberar sobre propostas de normas básicas municipais para operacionalização do Sistema Único de Saúde;

IX - Estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a saúde;

X - Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII, da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº 29/2000;

XI - Aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde, reunidas ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, e convocá-las, extraordinariamente, na forma prevista pelos parágrafos 1º e 5º do Art. 1º da Lei Federal 8142/90;

XII - Aprovar os critérios e o repasse de recursos do Fundo Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Saúde e a outras instituições e respectivo cronograma e acompanhar sua execução;

XIII - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XIV - Articular-se com outros conselhos setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e Controle Social;

XV - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do município;

XVI - Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;





***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

XVII - Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XVIII - Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

**CAPÍTULO III**  
**DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 3º. O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte constituição:

- a) segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;
- b) prestadores de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- c) trabalhadores da Saúde e,
- d) representantes do governo municipal.

Parágrafo Único: A representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita na forma do art. 6º desta Lei.

**CAPÍTULO IV**  
**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 5º. O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I - de forma paritária e tripartite, escolhidos por voto direto dos delegados de cada segmento na Conferência Municipal de Saúde, as representações no conselho serão assim distribuídas:

- a) 10 (dez) representantes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde;
- b) 05 (cinco) representantes dos trabalhadores de Saúde Municipal;
- c) 05 (cinco) representantes de Gestores/Prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde Municipal;

II - a representação paritária de que trata este artigo, será realizada de forma direta junto aos delegados representantes dos segmentos, que participarão da Conferência Municipal de Saúde;

III - cada segmento representado do conselho terá um suplente, eleito na Conferência Municipal de Saúde;

VI - um mesmo segmento poderá ocupar no máximo duas vagas no Conselho Municipal de Saúde;





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

IV - a presidência do Conselho Municipal de Saúde será atribuída ao **conselheiro eleito** pela plenária do Conselho quando da primeira reunião do biênio correspondente.

Art. 6º. A Mesa Diretora, referida no artigo 4º desta Lei será eleita diretamente pela Plenária do

Conselho e será composta de:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário e,
- IV - 2º Secretário

Art. 7º. O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

- I – serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos mediante solicitação ao Prefeito Municipal através da Mesa Diretora do Conselho;
- II - terão seu mandato extinto, caso falem, sem prévia justificação, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, num período de 01 (um) ano;
- III - terão mandato de 2 (dois) anos, cabendo prorrogação ou recondução por igual período;
- IV - cada entidade participante terá um suplente, conforme disposto no item III do Art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de alta relevância pública.

Art. 8º. Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I – consideram-se colaboradores do Conselho Municipal, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;
- II – poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde para assessorar o Conselho em assuntos específicos;
- III – poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

**CAPÍTULO V**  
**DO FUNCIONAMENTO E CONVOCAÇÃO**

Art. 9º. O Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

- I - o órgão de deliberação máxima será o Pleno do Conselho;
- II - o Pleno do Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente;
- III - o Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias urgentes ou especiais, quando assim o exigir;
- IV - cada membro do Conselho terá direito a um único voto no Pleno do Conselho;
- V - as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes;
- VI - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação.
- VII - a Mesa Diretora do Conselho poderá deliberar "ad referendum" da Plenária do Conselho.

Art. 10. O Conselho Municipal de Saúde encaminhará resolução ao Poder Executivo para a convocação deste, a cada 04 (quatro) anos, da Conferência Municipal de Saúde, conforme estabelece o parágrafo 1º do Art. 1º da Lei Federal 8142/90, para avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e efetuar a eleição dos representantes do conselho.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DIRETRIZES BÁSICAS DA ATUAÇÃO**

Art. 11. O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias:

- I - a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação.
- II - integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade infantil e aumentando a expectativa de vida.

Art. 12. O Conselho Municipal de Saúde promoverá como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

Art. 13. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 14. Esta lei revoga a Lei Municipal nº 720, de 27 de maio de 1991, e demais disposições em contrário mantida a atual composição do Conselho até o final do seu biênio correspondente.



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo regulamentada pelo Poder Executivo no que for necessário.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 12 de Dezembro de 2.017**

**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
Presidente

**PAULO EMÍLIO DE OLIVEIRA**  
1º Secretário

**JANAINA BALLARIS**  
2º Secretário

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 12 de Dezembro de 2.017**

**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo





Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 12 de Dezembro de 2017.

**OFÍCIO GPC-L Nº 304/17**

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo de Lei nº 53/17, relativo ao Projeto de Lei nº 74/17, de autoria desse Executivo Municipal, o qual fora encaminhado a este Legislativo através da Mensagem nº 57/2017, e que “**dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, revogando a Lei nº 720, de 27 de maio de 1991 e adota providências correlatas**”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Décima Terceira Sessão Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura, realizada nesta data.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

  
**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
Presidente

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE**

|   |
|---|
| RECEBIDO  |
| 13 / 12 / 17  |
|  |
| Funcionário   |

Márcio Caruccio Lamas  
RF. 32.299



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

Matéria : Projeto de Lei nº 074/2017

Autoria : Executivo Municipal

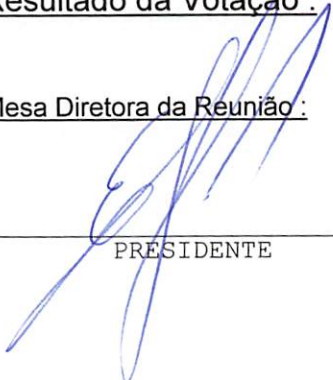
**Ementa :** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, revogando a Lei nº 720, de 27 de maio de 1991, e adota providências correlatas.

Reunião : 42ª Sessão Ordinária  
Data : 12/12/2017 - 13:46:54 às 13:47:20  
Tipo : Nominal  
Turno : 1ª Votação  
Quorum : Maioria Simples  
Condição : Maioria Simples  
Total de Presentes : 19 Parlamentares

| N.Ordem | Nome do Parlamentar          | Partido | Voto      | Horário  |
|---------|------------------------------|---------|-----------|----------|
| 1       | ALEXANDRE CORREA COMIN       | PTB     | Sim       | 13:47:01 |
| 2       | CARLOS EDUARDO BARBOSA       | PTB     | Sim       | 13:47:06 |
| 3       | DIMAS ANTONIO GONÇALVES      | PEN     | Sim       | 13:47:00 |
| 4       | EDNALDO DOS SANTOS PASSOS    | SDD     | Não Votou |          |
| 5       | EDUARDO PADUA SOARES JARDIM  | PMDB    | Sim       | 13:47:07 |
| 6       | EDUARDO RODRIGUES XAVIER     | PMDB    | Sim       | 13:47:03 |
| 7       | HUGULINO ALVES RIBEIRO       | PMDB    | Sim       | 13:47:06 |
| 8       | ISAIAS MOISES DOS SANTOS     | PTB     | Sim       | 13:47:01 |
| 9       | JANAINA BALLARIS             | PT      | Sim       | 13:47:02 |
| 10      | JOÃO ALVES CORREA NETO       | PSC     | Não Votou |          |
| 11      | LEANDRO RODRIGUES CRUZ       | PSB     | Sim       | 13:46:58 |
| 12      | MARCELINO SANTOS GOMES       | PMDB    | Sim       | 13:47:03 |
| 13      | MARCO ANTONIO DE SOUSA       | PMN     | Sim       | 13:47:01 |
| 14      | NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA  | PRP     | Sim       | 13:47:04 |
| 15      | PAULO EMILIO DE OLIVEIRA     | PRB     | Não Votou |          |
| 16      | ROBERTO ANDRADE E SILVA      | PMDB    | Sim       | 13:47:01 |
| 17      | ROMULO BRASIL REBOUÇAS       | PSD     | Sim       | 13:46:59 |
| 18      | SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA | PSDB    | Sim       | 13:47:09 |
| 19      | TATIANA TOSCHI MENDES        | PMDB    | Sim       | 13:46:59 |

|                               |          |       |       |
|-------------------------------|----------|-------|-------|
| <u>Totais da Votação :</u>    | SIM      | NÃO   | TOTAL |
|                               | 16       | 0     | 16    |
|                               | 100,00%  | 0,00% |       |
| <u>Resultado da Votação :</u> | APROVADO |       |       |

Mesa Diretora da Reunião :

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : Projeto de Lei nº 074/2017 2ª votação**  
**Autoria : Executivo Municipal**

**Ementa : Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, revogando a Lei nº 720, de 27 de maio de 1991, e adota providências correlatas.**

Reunião : 13ª Sessão Extraordinária  
Data : 12/12/2017 - 14:26:38 às 14:27:08  
Tipo : Nominal  
Turno : 2ª Votação  
Quorum : Maioria Simples  
Condição : Maioria Simples  
Total de Presentes : 17 Parlamentares

| N.Ordem | Nome do Parlamentar          | Partido | Voto      | Horário  |
|---------|------------------------------|---------|-----------|----------|
| 1       | ALEXANDRE CORREA COMIN       | PTB     | Sim       | 14:26:42 |
| 2       | CARLOS EDUARDO BARBOSA       | PTB     | Sim       | 14:26:59 |
| 3       | DIMAS ANTONIO GONÇALVES      | PEN     | Sim       | 14:26:42 |
| 4       | EDNALDO DOS SANTOS PASSOS    | SDD     | Não Votou |          |
| 5       | EDUARDO PADUA SOARES JARDIM  | PMDB    | Sim       | 14:26:45 |
| 6       | EDUARDO RODRIGUES XAVIER     | PMDB    | Sim       | 14:26:48 |
| 7       | HUGULINO ALVES RIBEIRO       | PMDB    | Sim       | 14:26:44 |
| 8       | ISAIAS MOISES DOS SANTOS     | PTB     | Sim       | 14:26:53 |
| 9       | JANAINA BALLARIS             | PT      | Sim       | 14:26:42 |
| 10      | JOÃO ALVES CORREA NETO       | PSC     | Não Votou |          |
| 11      | LEANDRO RODRIGUES CRUZ       | PSB     | Sim       | 14:26:43 |
| 12      | MARCELINO SANTOS GOMES       | PMDB    | Sim       | 14:26:50 |
| 13      | MARCO ANTONIO DE SOUSA       | PMN     | Sim       | 14:26:59 |
| 14      | NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA  | PRP     | Sim       | 14:26:50 |
| 15      | PAULO EMILIO DE OLIVEIRA     | PRB     | Não Votou |          |
| 16      | ROBERTO ANDRADE E SILVA      | PMDB    | Sim       | 14:26:49 |
| 17      | ROMULO BRASIL REBOUÇAS       | PSD     | Sim       | 14:26:42 |
| 18      | SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA | PSDB    | Sim       | 14:26:48 |
| 19      | TATIANA TOSCHI MENDES        | PMDB    | Sim       | 14:26:50 |

|                               |          |       |       |
|-------------------------------|----------|-------|-------|
| <u>Totais da Votação :</u>    | SIM      | NÃO   | TOTAL |
|                               | 16       | 0     | 16    |
|                               | 100,00%  | 0,00% |       |
| <u>Resultado da Votação :</u> | APROVADO |       |       |

Mesa Diretora da Reunião :

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO